

RESENHA

PAPA, Helena Amália. *A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV d.C.): Uma análise político religiosa*. São Paulo: Annablume e FAPESP, 2013.

Pedro Luís de Toledo Piza¹

É notável o aumento no número de pesquisas em torno da Antiguidade Tardia no Brasil nas últimas décadas. O próprio termo “Antiguidade Tardia” está apenas despontando no horizonte historiográfico brasileiro, sendo esmiuçado e também disputado entre antiquistas e medievalistas. Nesse nosso novo contexto de interesse por esse período que ainda está sendo explorado mais a fundo, é publicado pela Editora Annablume e pela FAPESP uma obra deveras original em sua proposta: *A contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico: Uma análise político-religiosa* (São Paulo: Annablume e FAPESP, 2013), dissertação de mestrado defendida e assinada por Helena Amália Papa, no Departamento de História da Universidade Estadual Paulista, em Franca (SP). Proposta que pode ser resumida da seguinte forma: analisar como os bispos Eunômio de Cízico, em sua obra *Apologia*, e Basílio de Cesareia, em *Contra Eunômio*, utilizam-se de instrumentos retóricos clássicos com o objetivo de defender cada um a sua própria agenda político-religiosa para a unidade territorial romana, durante a controvérsia ariana no século IV. De fato, é fundamental para a leitura do livro de Papa a ideia de que a controvérsia ariana não é uma simples querela dogmática, mas sim um evento político, no qual a unificação do império e a unificação do cristianismo se confundem.

O livro é dividido em cinco partes: uma introdução, três capítulos e considerações finais. Helena Papa dedica sua introdução a apresentar sua proposta principal, discutir os termos criados para classificar o período no qual se insere seu estudo (“Baixo Império”, “Primeira Idade Média” e “Antiguidade Tardia”) e informar como será dividido seu estudo acerca da controvérsia ariana. Mas no que se constitui essa controvérsia ariana? A autora busca

¹ FFLCH-USP.

responder esta questão no primeiro capítulo, ao mesmo tempo em que traça o contexto do debate entre os dois bispos. A controvérsia ariana apresenta-se como um conflito político-religioso no Império Romano, construído em torno do debate acerca da divindade de Cristo, e que contrapõe dois grandes partidos: os nicenos, defensores da consubstancialidade entre as pessoas divinas do Pai e do Filho (Jesus Cristo) estabelecida pelo Concílio de Niceia de 325, e os arianos, defensores da tese formulada pelo presbítero alexandrino Ário de que o Filho não poderia ser da mesma substância do Pai, sendo inferior como ser gerado, uma vez que Deus, para ser Deus, não poderia comportar qualquer divisão em sua essência. Para Papa, contudo, o que poderia ser visto como um simples debate intelectual teológico acerca da divindade cristã (algo nada novo para o cristianismo de inícios do século IV, diga-se de passagem) revela-se como um grande conflito político a partir do momento em que as frequentes intervenções por parte de imperadores cristãos na querela (inclusive com o exílio daqueles clérigos que não aceitassem os cânones dogmáticos impostos pelos diversos concílios e sínodos de bispos) apresentam um projeto imperial de unificação territorial do império através de um cristianismo unificado.

Após tecer uma narrativa do desenvolvimento da controvérsia ariana até o seu ápice, com a condenação definitiva do arianismo no Concílio de Constantinopla de 381 (episódio este que não significa o fim do arianismo, que se torna a visão cristã predominante em outros povos, como os visigodos, por exemplo), Papa se inclina, no segundo capítulo, sobre os dois personagens históricos em questão no seu estudo: os bispos Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico, com o objetivo de demonstrar como os dois bispos possuíam formações intelectuais semelhantes advindas de uma mesma *paideia* clássica. Objetivo que é bem atingido de forma clara e direta, pois logo à primeira leitura se nota que a instrução recebida pelos dois bispos será essencial em seus métodos de argumentação teológica e em sua utilização da retórica. No primeiro caso, o confronto com a teologia adversária não se utilizará da mera exegese escriturística, mas também da reflexão filosófica, bastando lembrar, por exemplo, que o termo grego *homoousios* (“consubstancial”), utilizado

constantemente pelos nicenos, não se encontra em textos do Novo Testamento para se referir a Cristo. No segundo caso, os métodos retóricos serão primordiais na confecção das duas obras em geral para desmerecer o adversário e a afirmar a posição do autor diante de sua audiência (Papa defende que ambas as obras teriam, ao menos em parte, sido lidas pelos seus autores em reuniões de bispos). É importante notar ainda que, logo ao início deste segundo capítulo, Papa faz uma rápida e oportuna discussão quanto ao campo da Patrologia, ramo de estudos geralmente ligado à teologia, à qual pertence boa parte da bibliografia que trata das obras tanto de Basílio de Cesareia quanto de Eunômio de Cízico. Essa discussão se faz importante devido ao fato de boa parte da historiografia sobre o tema, normalmente ligada de alguma forma a instituições de confissão cristã, designá-lo “Padre da Igreja”. A autora faz bem em lembrar que este título é concedido a Basílio pelos vitoriosos, ou seja, pelos nicenos que formarão a ortodoxia cristã, ao passo que a *Apologia* de Eunômio só sobrevive ao fogo decretado pelo imperador Arcádio (395-408) para servir de apêndice à obra de Basílio.

No terceiro capítulo, a autora parte para a análise documental propriamente dita. Considerando a formação superior dos dois bispos (ambos teriam vindo de famílias abastadas da Capadócia) e o gênero literário dos seus escritos, Papa apresenta obras clássicas escritas em língua grega que podem ajudar a compreender melhor a retórica utilizada pelos seus autores e seus objetivos político-religiosos. São duas as obras nas quais a autora fundamenta sua análise: a *Arte Retórica*, de Aristóteles, e *Sobre as Formas de Estilo*, de Hermógenes. De forma acurada, a autora separa os conselhos dados pelos autores para o pronunciamento de um bom discurso que possa convencer sua audiência. Após definir cada conselho, Papa separa trechos significativos das obras dos dois bispos que demonstram a influência direta ou indireta dos manuais na formulação de seus discursos. A retórica, por sua parte, serve aos bispos para conseguir partidários para sua causa, inclusive, se possível, a pessoa do imperador, uma vez que, para Papa, em uma Igreja que ainda não conta com uma autoridade eclesiástica superior, a hierarquia entre os bispos é relativa ao

grau de favorecimento por parte da autoridade central do império. Em suma: os bispos em questão utilizam-se da retórica aprendida em sua *paideia* com o objetivo de combater a parte contrária e impor pela persuasão suas agendas político-religiosas, tendo em vista a unidade territorial do império. Após esse terceiro capítulo, seguem as considerações finais, nas quais Papa coloca uma vez mais qual foi sua proposta e como buscou dar conta dela.

É notório que o trabalho de Papa é uma grande contribuição para a historiografia brasileira sobre a Antiguidade Tardia ao demonstrar que, em geral, os eclesiásticos do século IV pensavam teologia e política em estreito acordo com sua formação clássica. Desse modo, a retórica clássica apresenta-se como um instrumento fundamental na agenda política dos bispos que se confrontam na controvérsia ariana. Contudo, a pergunta que nos resta é: que política? Parece que a resposta já foi dada, ou seja, a política seria uma de unificação do cristianismo tendo em vista a unificação territorial do império. No entanto, existe uma vulnerabilidade neste pressuposto teórico de Papa, do qual ela não dá conta: o entrelaçamento entre política imperial e política eclesiástica neste período seria de fato a tal ponto intrínseco que poderíamos pensar nos autores das obras discutidas tendo como objetivo primordial a unidade do Império? Em outras palavras: eles estão batalhando em primeiro lugar pela unidade da Igreja ou do Império por meio da Igreja?

Segundo o livro, a resposta para tal pergunta seria: não existe real sentido nesta pergunta, pois unidade da Igreja e unidade do Império constituem uma única realidade em termos de projeto político, tanto da parte do imperador quanto dos bispos. No entanto, é possível que um estudo acerca da política eclesiástica em seu desenvolvimento em longa duração, desde o século I até o século IV, colocasse tal visão em xeque. Trabalhem rapidamente com um exemplo que pode ilustrar o problema: na segunda metade do século III, surge uma controvérsia cristã na Síria envolvendo praticamente todas as Igrejas do Mediterrâneo oriental. Paulo de Samósata, um funcionário da rainha Zenóbia de Palmira, torna-se bispo da Igreja de Antioquia. Em posse deste bispado fundamental para o cristianismo oriental (que o será inclusive para Basílio de

Cesareia), Paulo começa a ensinar que o homem Jesus Cristo não era divino, mas havia sido plenamente inspirado pelo Verbo divino no momento de seu batismo, de forma semelhante aos profetas do Antigo Testamento, porém em um grau muito maior. A crise se instala. O bispo de Alexandria contemporâneo, Dionísio, se envolve na disputa. Ainda que o cristianismo seja ilegal, sínodos de bispos são reunidos para julgar a causa de Paulo. Por fim, ele é condenado junto com sua tese. Contudo, apoiado pela rainha rebelde de Palmira, que havia conseguido criar um reino independente abrangendo a maior parte da Síria, o bispo não abandona sua sede em Antioquia, causando um problema inédito, até onde se sabe, aos cristãos orientais: como expulsar um bispo condenado? A questão se prolonga até o reino de Palmira ser reconquistado pelo imperador Aureliano. Os clérigos cristãos contrários a Paulo se apresentam, então, diante do imperador e requerem dele a expulsão do bispo herege de sua sede, que pertencia à comunidade como um todo. Paulo se defende, mas Aureliano dá seu veredicto: a sede cristã em questão devia ser dada àqueles cristãos que estivessem em comunhão com a Igreja da capital, Roma. Ora, o bispo de Roma já havia se manifestado contra Paulo, de modo que o bispo acaba sendo expulso de sua sede pela força do braço secular de Aureliano.²

Certamente, este é um caso em que o braço secular e o báculo episcopal agem juntos com um objetivo comum: condenar Paulo de Samósata, incômodo aos bispos (particularmente ao de Alexandria) por defender uma doutrina tão controversa em um bispado tão importante, e incômodo ao imperador por ter sido um alto funcionário da rainha por ele deposta. Constitui-se mesmo como uma intervenção do imperador nos assuntos eclesiásticos. Intervenção requisitada, mas ainda assim intervenção. Creio que este caso poderia servir para um questionamento da necessidade de se ler a atitude dos imperadores do século IV (ao menos antes de Teodósio I) e dos bispos como uma de unificar o Império através da unificação do cristianismo.

²Henry Chadwick narra sucintamente esse episódio em Chadwick, Henry. *The Early Church*. Londres: Penguin Books, 1993, pp. 114-115.

Poderia ser dito que existe uma diferença fundamental entre os casos: Aureliano é pagão e os imperadores interventores do século IV, cristãos. De fato, mas os imperadores cristãos governaram um império cristão antes de Teodósio oficializá-lo com tal? Paul Veyne nos lembra que a religião desses imperadores não era a da maioria da população do Império.³ Na verdade, como é comumente conhecido, à época do Edito de Milão de 313, os cristãos constituíam somente cerca de um décimo da população de todo o Império.⁴ Helena Papa rejeita (de forma justa, em minha opinião) a leitura de uma historiografia sobre o mesmo período que tende a resumi-lo a um longo conflito entre cristãos e pagãos, mas seu trabalho alcançaria uma solidez certamente maior se se propusesse perguntas como: existe de fato uma política do imperador para fundamentar a unidade do Império em um cristianismo unificado, mesmo considerando que, antes de Teodósio, são poucas as ações oficiais visando a conversão da maioria populacional pagã à religião do imperador? A política eclesiástica necessita mesmo ser lida como uma que tem como um de seus princípios primeiros garantir a unidade territorial do Império, mesmo considerando que seu raio de ação por vezes ultrapassa os limites do mesmo (Atanásio de Alexandria consegue criar um bispado na Etiópia, enquanto o ariano Úlfilas vai pregar aos godos fora das fronteiras imperiais)? Não quero dizer que as respostas para tais perguntas devam ser negativas, mas apenas que a falta de reflexão sobre elas torna o trabalho em parte vulnerável a contestações, principalmente se temos em conta que tratam da teoria que fundamenta sua análise documental. Afinal, a unificação do território romano através da unificação cristã se configura em uma intervenção imperial para pôr fim a distúrbios incômodos que ameaçam a paz interna, ou com um projeto mesmo de Império cristão construído em torno de uma fé sem divisões?

Outro ponto frágil do trabalho de Papa é sua forma de tratar as semelhanças e diferenças entre os partidos organizados em torno da

³ VEYNE, Paul. *Quando nosso mundo se tornou cristão [312-394]*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 143.

⁴*Ibidem*, p. 150.

controvérsia ariana. Um exemplo: por vezes, ela parece apresentar o arianismo como um grupo político-cultural único, ainda que contando com diferenças internas de interpretação do ensinamento de Ário. No entanto, é certo que aqueles bispos que ela designa como semiarianos ou homeus dificilmente poderiam se imaginar do mesmo lado dos anomeus, que afirmavam a inexistência de qualquer semelhança entre o Pai e o Filho. Enquanto a ênfase dos homeus era posta na busca por combater a tentativa nicena de inserir no credo cristão termos filosóficos não encontrados na Escritura Sagrada, os anomeus repudiavam qualquer ideia que colocasse a essência do Filho como consubstancial ou mesmo semelhante à do Pai. É pouco provável que ambas as partes estariam do mesmo lado, mesmo que o imperador homeu Constâncio II nomeasse Eunômio bispo de Cízico, talvez por uma questão estratégica (melhor um anomeu do que um seguidor da “pedra no sapato” Atanásio de Alexandria). Evidência disto é o fato não citado do bispo homeu (ou semiariano) Basílio de Ancira reunir, em abril de 358, um sínodo em sua sede episcopal que condenou tanto os nicenos quanto os anomeus.⁵

Existe outro ponto no qual a narrativa de Papa pode ser questionada: o tratamento das outras correntes de visão que ela chama de “heresias”, como o sabelianismo e o apolinarismo. Ao elencar as formas de visão cristológica depois consideradas heterodoxas, ela cita ambas as doutrinas, explicando de forma sucinta o que defendiam. Contudo, ao apenas citá-las rapidamente, inclusive pelos rótulos que lhe foram impostos por seus adversários, faz com que o leitor ignore a complexidade da utilização dos mesmos durante a controvérsia ariana. Foquemo-nos no sabelianismo como exemplo: ela cita a reunião de dois concílios de bispos em Antioquia para tratar desse tema, um em 341 e outro em 345. Não refere, porém, que os “sabelianistas” em questão eram os próprios nicenos. De fato, um dos maiores pontos de conflito entre os dois partidos era a acusação dos arianos de que os nicenos, ao defenderem a consubstancialidade entre o Pai e o Filho, acabavam caindo no “erro sabeliano” de dizer que Pai e

⁵FREND, W. H. C.. *The Early Church*, Minneapolis: Fortress Press, 1991, p. 155.

Filho eram apenas modos de manifestação da mesma pessoa divina. Ou seja, uma fragilidade do texto de Papa (inclusive ao utilizar o rótulo “ortodoxo” para os nicenos e “heterodoxo” para os arianos) é ignorar que os arianos, principalmente os homeus, se consideravam defensores da ortodoxia estabelecida nos sínodos e nas comunicações entre os bispos do século III, contra o que eles consideravam uma nova iniciativa sabelianista encabeçada por Atanásio de Alexandria, Júlio de Roma (bispo da cidade na qual o sabelianismo se desenvolveu mais e mais gerou controvérsias no século anterior) e muitos bispos ocidentais.

Estes são os pontos que considero sujeitos a questionamento na obra de Papa. Afora estes, apenas duas questões bem pontuais merecem observação. Na página 82 da edição discutida, a autora afirma que o irmão de Basílio de Cesareia, Gregório de Nissa, fora destituído do episcopado de Constantinopla em 375. Há uma pequena confusão aí. O irmão de Basílio nunca exerceu a função de bispo da capital romana oriental, mas foi exilado de sua sede na pequena cidade de Nissa, na Capadócia. Quem exerceu o episcopado em Constantinopla foi o amigo de ambos, Gregório Nazianzeno, já na época do Concílio de Constantinopla de 381. Além disso, em outro ponto, na página 116, Papa faz bem em lembrar que o bispo Eusébio de Cesareia, que morre em 370 e é sucedido por Basílio, não deve ser confundido com o historiador eclesiástico Eusébio de Cesareia, falecido em 339-340. No entanto, ela se confunde um pouco ao dizer que ambos foram bispos na mesma jurisdição: na, verdade, o primeiro foi bispo em Cesareia da Capadócia, enquanto o segundo exerceu o mesmo ministério, mas em Cesareia Marítima, na costa mediterrânica da Palestina.

Se separamos até aqui as partes do livro abertas a questionamento, também devemos elencar os meios pelos quais Helena Papa consegue dar sentido à sua obra e cumprir seu objetivo. Em primeiro lugar devemos considerar a sua preocupação em traçar o contexto histórico no qual se insere o debate político-religioso que é objeto de análise. Certamente fazer uma narrativa sintetizada de um longo e complexo evento como o é a controvérsia

ariana não é tarefa fácil. Contudo, a autora, mesmo não conseguindo contemplar os pontos anteriormente elencados (algo plenamente compreensível, considerando-se que o arianismo certamente não é um tema do qual se consiga dar conta sem escrever umas boas centenas de páginas), cumpre a proposta de escrever uma narrativa coerente que sirva de introdução ao objeto mais específico de seu estudo. Dificilmente algum leitor, após ler a contextualização de Papa, deixará de entender como é que Eunômio e Basílio se encaixam nessa grande confusão teológica do século IV.

Por outro lado, é significativo também o esforço da autora por traçar um perfil de Eunômio de Cízico que possa servir de base para sua análise. Certamente, tratar de um bispo anomeu do qual pouco se sabe além daquilo que é dito por seus inimigos vencedores (Papa faz questão de elencar os escritores eclesiásticos que escrevem contra ele nos séculos IV e V) não é tarefa fácil. Como já dito, pouco material restou que tenha vindo de sua pena ou de seu ditar, uma vez que suas obras consideradas heréticas foram em grande parte destruídas. Ainda assim, pelo pouco que se tem, Papa consegue fazer um retrato bem verossímil de Eunômio, inclusive investigando suas origens de forma a ter informações suficientes acerca de sua formação na retórica clássica.

Por fim, a análise minuciosa dos textos dos dois autores eclesiásticos garante crédito a Papa como pesquisadora. Elencar os conselhos de Aristóteles e Hermógenes sobre a retórica e depois buscar uma possível aplicação deles nas obras de Basílio e Eunômio é trabalho de grande precisão e, em minha opinião, a maior contribuição dada pela autora à comunidade acadêmica, não somente por seu trabalho em si, mas pela orientação metodológica que concede aos futuros pesquisadores sobre o episcopado tardo-antigo, ao pensar a utilização da retórica clássica no século IV como meio de defesa e imposição de agendas não só religiosas, mas também políticas, sejam elas simplesmente eclesiásticas ou também em nível de Império. Para estes, a obra de Papa poderá servir de modelo a ser seguido.

Nesta resenha, busquei fazer uma observação crítica a respeito da obra de Helena Amália Papa, apontando o que há de sólido em seu trabalho, mas

também insistindo naqueles pontos sujeitos a questionamentos. Tais pontos elencados, contudo, não devem restringir o interesse pela obra, importante sobretudo para os historiadores que se debruçam sobre os escritos de bispos tardo-antigos. Seu objetivo de demonstrar a influência da *paideia* clássica nos meios pelos quais os ministros episcopais do século IV buscam impor sua agenda política (seja ela em nível de Império, de Igreja ou de ambos ao mesmo tempo) é bem cumprido e serve para reflexão por parte da historiografia brasileira, que cada vez mais se interessa por esse período de ascensão do cristianismo e de aproximação cada vez maior entre o trono e o altar.

